



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

10/2026

CONTRATANTE (UASG)
463624

OBJETO

Registro de preço para eventual aquisição de mobiliário e contratação de empresas especializadas na execução de serviços de marmoraria, marcenaria e serralheria, com fornecimento de todos os materiais necessários, destinados à confecção de peças sob medida para equipar as novas salas do curso de Medicina da Autarquia Educacional de Belo Jardim, durante o período de 12 (doze) meses

Este procedimento será dividido em itens/grupos, conforme item 01 do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 503.355,04

Estudo Técnico Preliminar 10/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 25/2026

2. Descrição da necessidade

2.1 O Estudo Técnico Preliminar definido pelo art. 6º, XX, da Lei nº 14.133/2021, é definido como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.2 O Art. 2º, XI, da Instrução Normativa nº 1, de 04/04/2019, da Secretária de Governo Digital do Ministério da Economia, constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e serve essencialmente para: assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental; e embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

2.3 Durante este Estudo, diversos aspectos foram levantados para que os gestores certifiquem-se de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, há condições de atendê-la, os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente

2.4 A pretendida contratação é necessária para atender às necessidades da Autarquia Educacional de Belo Jardim, tendo em vista, o novo cenário estabelecido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, onde este diploma legal estabeleceu novo marco das contratações públicas.

2.5 Assim, faz-se necessário a aquisição de mobiliário e contratação de empresas especializadas na execução de serviços de marmoraria, marcenaria e serralheria, com fornecimento de todos os materiais necessários para atender as necessidades da Autarquia Educacional de Belo Jardim.

2.6 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a Administração no tocante ao procedimento licitatório para a aquisição de material permanente.

3. Problema identificado

3.1 Se a Autarquia Educacional de Belo Jardim (AEB) deixar de adquirir mobília adequada e de contratar profissionais especializados para a confecção de móveis planejados (marcenaria, serralheria e marmoraria), os impactos vão muito além de um simples desconforto físico. Na prática, isso compromete diretamente o funcionamento, a qualidade do ensino e até a regularidade institucional do curso de medicina.



- 3.2 Primeiro, há um prejuízo imediato à infraestrutura acadêmica. Ambientes sem mobiliário adequado ou improvisados dificultam a realização de aulas práticas, atividades laboratoriais e atendimentos simulados — que são essenciais na formação médica. Isso pode inviabilizar o uso pleno das salas recém-criadas, gerando ociosidade de espaços e desperdício de investimento público já realizado.
- 3.3 Também há riscos pedagógicos importantes. O ensino médico exige condições específicas, como bancadas resistentes, mobiliário ergonômico e estruturas adequadas para equipamentos. Sem isso, o processo de ensino-aprendizagem fica comprometido, reduzindo a qualidade da formação dos alunos e podendo impactar negativamente avaliações institucionais, como as do MEC.
- 3.4 Outro ponto crítico é a segurança. A ausência de móveis planejados e adequados pode levar ao uso de estruturas improvisadas, aumentando o risco de acidentes (quedas, instabilidade, cortes, etc.), além de possíveis problemas sanitários, especialmente em ambientes que exigem alto padrão de higiene.
- 3.5 Do ponto de vista administrativo e legal, a instituição pode enfrentar questionamentos de órgãos de controle e até sofrer sanções, caso fique caracterizado que não foram garantidas as condições mínimas para oferta do curso. Isso inclui riscos em auditorias, reprovação em processos de autorização/reconhecimento do curso e responsabilização por má gestão de recursos públicos.
- 3.6 Há ainda impactos na imagem institucional. Um curso de medicina sem estrutura adequada compromete a credibilidade da AEB perante alunos, professores, sociedade e órgãos reguladores, dificultando inclusive a atração de novos estudantes e profissionais qualificados.
- 3.7 Por fim, a ausência de contratação de empresas especializadas pode resultar em soluções improvisadas, com baixa durabilidade e maior custo a longo prazo, já que móveis inadequados tendem a demandar manutenção constante ou substituição precoce.
- 3.8 Em resumo, não realizar essas contratações pode gerar prejuízos pedagógicos, estruturais, financeiros, legais e reputacionais — colocando em risco tanto o funcionamento do curso quanto a própria instituição. Evidenciado o problema a ser resolvido, conforme art. 18, § 1º, da 14.133/2021.

3.9 Necessidade:

- 3.9.1 Suprir as necessidades da Autarquia no que se refere.

4. Plano de Contratação Anual:

- 4.1. A presente contratação está prevista no plano de contratação anual da Autarquia Educacional de Belo Jardim-PE.

5. Área requisitante

5.1 Autarquia Educacional de Belo Jardim;

6 Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1 Os itens a serem licitados estão discriminados inicialmente no Documento de Formalização de Demanda e detalhado no Termo de Referência.

6.2 As especificações dos itens são as consideradas mínimas e qualquer referência a marcas ou modelos são meramente referenciais, podendo ser aceitos produtos superiores ou similares aos especificados, contanto que possuam as características mínimas de desempenho. Também serão aceitos equipamentos com componentes em regime de OEM (*Original Equipment Manufacturer*, ou “Fabricante Original do Equipamento”)

6.3 Seguindo o entendimento do TCU de que “*é admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do certame e o preço obtido revelar-se vantajoso para a administração*” (Acórdão 394/2013- Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013), se o produto ofertado atender os pressupostos elencados nesse Acórdão, ou seja, (a) o produto ofertado é superior, (b) não haver prejuízo à competitividade e (c) o preço resultante for vantajoso à Administração, comprovados por meio de diligências, estes poderão ser aceitos.

6.4 Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

6.5 Critérios de sustentabilidade:

6.5.1 Bens com menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, dando preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

6.5.2 Bens com maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e que possuam maior vida útil e maior capacidade de impressão;

6.5.3 Bens que utilizem inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais e possuam origem ambientalmente regular dos recursos naturais;

6.5.4 Bens que utilizem peças, componentes, acessórios ou qualquer outro material que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico e, quando for o caso, biodegradável;

6.5.5 Bens que utilizem de peças, componentes, acessórios ou qualquer outro material sustentável ou de menor impacto ambiental e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs);

6.6 Os bens deverão ser entregues nos endereços da Unidade Gestora Gerenciadora (UGG) e Participantes (UGP), se houver.



7 Levantamento de Mercado

7.1 Quanto ao Levantamento das Alternativas e a Análise de projetos similares realizados por outros órgãos da Administração, constatou-se que há alternativas viáveis no caso concreto, além de uma situação peculiar de localização da Unidade.

7.2 Análise das soluções existentes:

Requisitos	Opções	
Instaurar procedimento licitatório	SIM (X)	NÃO ()
Adesão de Ata SRP	SIM ()	NÃO (X)
Contratação direta por Dispensa de Licitação	SIM ()	NÃO (X)
Convênios ou parcerias	SIM ()	NÃO (X)

8 Descrição da solução como um todo

8.1 Solução Escolhida: Gerenciar procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico.

8.2 Bens que compõe a solução:

8.2.1 Objeto da aquisição ou contratação

8.3 Serviços que compõem a solução

8.3.1 Objeto da contratação (se for o caso)

8.4 Justificativa

8.4.1 As quantidades a serem adquiridas espelham-se no quantitativo necessário para as demandas da Autarquia Educacional de Belo Jardim, em função dos problemas apresentados, atendendo assim a necessidade dos setores Administrativos.

9 Estimativa das Quantidades a serem contratadas

9.1 Conforme Documento Formalização e Termo de Referência.

10 Estimativa do Valor da Contratação

10.1 O valor total da contratação está estimado em **R\$ 503.355,04**

10.2 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Ou

10.2 A ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 O objeto da licitação é necessário para às atividades ligadas à demandante, os objetos contemplados por este ETP **não serão parcelados**, tendo em vista, a economia de escala, redução dos custos e maior vantagem na contratação do mesmo fornecedor ou o objeto configura sistema único e integrado ou a padronização e escolha levou a fornecedor exclusivo.

11.3 Esta solução está amparada pelo Art. 40, da Lei nº 14.133/21.

11.4 A súmula 247 do Tribunal de Contas da União é tácita ao afirmar: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

11.5 Sempre que possível, haverá o parcelamento da solução como forma de evitar erros decorrentes das operações de uma licitação exageradamente extensa e cujos itens sejam de segmentos diferentes.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 As contratações decorrentes deste processo não serão seguidas de novas licitações.

12.2 O presente ETP versará especificamente sobre a eventual aquisição de mobiliário e contratação de empresas especializadas na execução de serviços de marmoraria, marcenaria e serralheria, com fornecimento de todos os materiais necessários.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 As aquisições têm por finalidade atender as necessidades elencadas e priorizadas em reunião com o Departamento de Compras e Ordenador de Despesas, além de levantamento de necessidades realizado.

13.2 O Planejamento da contratação está em conformidade com item 4 deste estudo.

14. Resultados Pretendidos

14.1 Atender aos setores da Autarquia Educacional de Belo Jardim-PE;

14.2 Busca de resultados positivos para Administração atingindo a sua atividade finalística;

14.3 Manutenção dos padrões exigidos e almejados



15 . Providências a serem adotadas

15.1 Não há necessidade de adequação do ambiente para execução da contratação.

16 Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Possíveis impactos ambientais envolvidos na aquisição bem como emprego dos materiais contemplados neste ETP são de risco calculado, fiscalizações elencadas na execução do contrato e não constituem fator de inviabilidade para aquisição.

17 Declaração de Viabilidade

17.1 Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18. Justificativa da Viabilidade

18.1 Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento da Contratação considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

Belo Jardim-PE, na data da assinatura eletrônica.

Lindhiane Costa de Farias

Diretora - Acadêmica da FBJ

Antonio Henrique Habib Carvalho

Diretor – Presidente da AEB